



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

MULHERES TRABALHADORAS E SOCIEDADE OPRESSORA: REFLEXÃO A PARTIR DOS FUNDAMENTOS MARXISTA\MARXIANO

NELMIRES FERREIRA DA SILVA¹

MYLENA DA SILVA²

RESUMO

Este trabalho, em fase preliminar, é parte da dissertação de mestrado em processo de elaboração, o qual propomos uma reflexão cuja fundamento parte do pensamento feminista marxista\marxiano. Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica de natureza exploratório, de caráter quantitativo que adota o método histórico-materialista e dialético. Esta abordagem analítica refere-se ao processo investigativo à luz do movimento da realidade em sua totalidade mediante determinações e mediações históricas, sendo o conhecimento teórico fiel a reprodução do objeto, tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente das aspirações e representações do/da pesquisador/a (Kosik, 2076). Os resultados encontrados a partir das leituras e levantamentos de informações trazem reflexões acerca da perspectiva marxiana na qual as mulheres, particularmente, as trabalhadoras, têm sido historicamente marginalizadas e oprimidas, nos diversos espaços, considerando os domésticos, públicos e políticos da cidade do capitalismo.

Palavras-chave: Feminismo; Marxismo\Marxianismo; Luta de Mulheres; Classe Trabalhadora.

ABSTRACT

This work, in its preliminary phase, is part of the master's dissertation in process of elaboration, in which we propose a reflection whose foundation is based on Marxist/Marxian feminist thought. It is a bibliographic research of exploratory nature, of quantitative character that adopts the historical-materialist and dialectical method. This

¹ Universidade Federal de Sergipe

² Universidade Federal de Sergipe



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

analytical approach refers to the investigative process in light of the movement of reality in its totality through historical determinations and mediations, with theoretical knowledge being faithful to the reproduction of the object, as it is in itself, in its real and effective existence, independent of the aspirations and representations of the researcher (Kosik, 2076). The results found from the readings and information surveys bring reflections on the Marxian perspective in which women, particularly workers, have been historically marginalized and oppressed, in the various spaces, considering the domestic, public and political ones of the capitalist city.

Keywords: Feminism; Marxism/Marxianism; Women's Struggle; Working Class

1 INTRODUÇÃO

Ao contextualizarmos/problematizarmos aspectos da realidade concreta, percebe-se que a desigualdade social entre homens e mulheres imbrica nas raízes do patriarcado, e nesse sentido, Frederich Engels (1968), na célebre obra “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado³”, afirma que a primeira opressão ocorreu a partir da dominação do macho sobre a fêmea e depois mediante a inserção na sociedade de classes. Logo, tratar das desigualdades entre seres de sexo “oposto” nos induz apreender o mundo para além da pseudoconcreticidade tendo em vista a destruição real das relações produzidas na imediaticidade do pensamento a fim de desenvolver um conhecimento em sua essência (Kosik, 1976).

Na direção crítica social que adotamos para esta proposta de pesquisa, tomamos como base material histórica a gênese dos processos de lutas pelo acesso à terra cuja raízes estão na dinâmica da acumulação primitiva frente à apropriação inicial de recursos e meios de produção necessários ao nascente modo de produção capitalista. Acerca desse aspecto, Karl Marx (2017, p. 787) apreende que “a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” e, portanto, representava uma modificação no regime de propriedade, enquanto elemento catalisador da transformação das relações sociais. No âmbito dessa dinâmica, a relação com a terra implicava a expropriação e privatização de terras que anteriormente eram de uso comum ou coletivo, estabelecendo assim as bases para a formação da propriedade privada e a concentração em poucas mãos.

³ A obra referência para a compreensão da estrutura da sociedade - desde o estado selvagem, a barbárie até a chegada da civilização -, Friedrich Engels (1820-1895) interpreta as investigações de Lewis Morgan (Estados Unidos, 1877) e enriquece os detalhados estudos de Karl Marx sobre a análise materialista da história.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, assinala Karl Marx (1848) que ao longo do processo histórico, a expropriação da terra, considerada um fenômeno vivenciado da transição do feudalismo para o capitalismo até os complexos processos de urbanização contemporâneos, reproduziram intensos conflitos. Esse contexto, analisado na obra “O Capital⁴” de Marx, detalha o momento de separação dos/das trabalhadores/as de seus meios de produção, caracterizado como expropriação. Este fato evidenciou durante a era da acumulação primitiva, onde camponeses foram expulsos de suas terras, transformando-os/as em proletários/as. Destarte, através do processo de expropriação os/as camponeses/as perderam sua autonomia, sendo forçados/das a vender sua força de trabalho, formando o chamado exército de mão de obra barata, o exército industrial de reserva.

Assinala-se que foram as características da acumulação primitiva clássica que deram origem à mercantilização capitalista da terra. Nesse sentido, David Harvey (2013) endossa a compreensão que a acumulação primitiva está presente na contemporaneidade e a denomina de “acumulação por espoliação”. Conforme Harvey (2013), o sistema capitalista necessita em determinados períodos, marcadamente nos quadros de ondas longas de crises orgânicas, reproduzir processos de acumulação do capital cujo fim é a superacumulação de mais-valor.

É na origem da propriedade privada que se verifica a raiz da dinâmica do capitalismo, a exploração do trabalho, base fundamental para a acumulação de riqueza e poder. Esse processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do/a trabalhador/a que se transforma continuamente em mercadoria, em capital e em valor, o qual suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que se utilizam dos/as produtores/as (Marx, 1848).

O Estado, sob a hegemonia da burguesia, desempenhou um papel crucial como aliado na consolidação do sistema capitalista, apoiando as condições que permitiram a exploração e

⁴ MARX, Karl - O Capital - Capítulo XXIV - A assim chamada Acumulação Primitiva-1. Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. A lenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; A história do pecado original econômico no entanto nos revela por que há gente que não tem necessidade disso. Tanto faz. Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar. Tais trivialidades infantis o sr. Thiers, por exemplo, serve ainda, com a solene seriedade de um homem de Estado, em defesa da *propriété* aos franceses, outrora tão espirituosos (Marx, s/d p.339-340).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acumulação de capital. Embora o modo de produção ainda não tivesse um caráter especificamente capitalista, a colaboração entre o Estado e a burguesia foi fundamental para estabelecer as bases do sistema e garantir sua expansão no espaço. Essa aliança entre o Estado e a classe dominante teve implicações significativas no desenvolvimento do capitalismo e nas dinâmicas de poder que moldaram a sociedade de classes, assim assinalado no Manifesto Comunista, Marx e Engels "O governo é o conselho de administração que rege os interesses coletivos da classe burguesa".

As raízes universais desse fenômeno transversalizam a partir de mediações sócio-históricas sinalizando no panorama contemporâneo, sob a égide do capital monopólico, as produções e reproduções das relações sociais no espaço, conformando velhas e reatualizadas mazelas sociais, configuradoras das expressões da "questão social", as quais assumem novas roupagens na atualidade. Sem, contudo, perder a determinação medular pela força metabólica da financeirização, produzir e reproduzir mais-valor, revigora-se enquanto estratégia do processo de acumulação ampliada de geração de superlucro. Destarte, determina-se pela relação capital/trabalho sob a dinâmica intensificada da exploração e da lógica de valorização do valor, cuja compreensão em sua totalidade só é possível através da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Nesse sentido, configura-se a base estruturante dos fundamentos da "questão social" enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, [...] apreendidas como expressões ampliadas das desigualdades sociais, entre estas, a desigual relação de classe, raça e gênero. Nesta face dos marcadores de gênero, as mulheres se constituem como principais alvos destes reflexos, pois em razão do machismo e do patriarcado arraigados na formação sócio-histórica do Brasil, podemos localizar na atual conjuntura, a exponencialidade das desigualdades entre homens e mulheres, à luz da lógica da competitividade que metaboliza assimetrias de gênero, configurando as mais diversas formas de superexploração e desdobrando na cultura violência de classe, gênero e raça.

A partir dos aspectos universais reproduzidos na sociabilidade do capital, apreendemos como essa estrutura e dinâmica societária se apresenta na realidade da formação sócio-histórica do Brasil. Outrossim, adentramos nos aspectos da particularidade da acumulação primitiva no Brasil, o qual também esteve intrinsecamente ligado ao monopólio privado da terra. A formação de latifúndios desempenhou um papel significativo nesse processo, caracterizando-se por um cultivo predatório da terra, tornaram-se um meio de concentração de terras nas mãos de uma elite dominante, favoreceu a expropriação da população nativa e a exploração do trabalho escravo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assevera Montañó; Duriguetto (2011, p. 87) “Conforme a terra transforma-se em meio de produção, apropriada pelo capitalista essas duas classes (proprietários de terras e de capital) tendem a fundir-se em uma só”.

Portanto, a formação do capitalismo brasileiro, *sui generis*⁵, está intrinsecamente ligada à questão agrária enquanto concentração fundiária e mecanismo de acumulação primitiva de capital. A terra passa a ser uma mercadoria, cujo valor cresceu paralelamente ao desenvolvimento do sistema capitalista, no Brasil. Sua mercantilização desencadeou a apropriação desigual do espaço, seja ele urbano ou rural. As relações capitalistas de produção refletiram diretamente nas formas de ocupação do espaço. Dessa forma, sendo o valor a expressão do uso, a apropriação da terra gerou um conflito entre os proprietários e aqueles que necessitam dela.

Logo, com a ampliação dos núcleos urbanos os conflitos sociais que envolvem o campo e a cidade têm vindo à tona de forma cada vez mais contundente, seja através das ações de protesto de segmentos da classe trabalhadora, engajados em diversas lutas sociais, seja através da reação do Estado e da classe que detém os meios de produção no capital e o poder, seja ainda, diretamente expressas na forças emergentes dos movimentos sociais e coletivos que tem socioterritorializados suas bandeiras e agendas de lutas no cenário do século XXI (Fernandes, 2023).

Acerca da produção capitalista do espaço, Harvey (2005) descreveu como a cidade tornou-se um espaço de reprodução do capital. A gentrificação, por exemplo, pode ser vista como uma forma moderna de expropriação, onde residentes de áreas urbanas de baixa renda são deslocados pela chegada de populações mais afluentes e pelo desenvolvimento imobiliário. Assim, a cidade é palco de constantes lutas de classes relacionadas ao uso e à propriedade do espaço. A expropriação urbana é uma extensão da lógica capitalista que busca constantemente novas formas de supervalorização do capital, portanto, não deve ser vista apenas através de uma lente econômica, mas também como um fenômeno intrinsecamente político e social que se movimenta de maneira ainda mais complexa.

Nessa perspectiva, Oliveira (2009) expressa que, no Brasil, o adensamento populacional, especificamente no século XX, ocorreu através da exploração de uma classe (os/as trabalhadores/as) que, desprovida de bens e condições de subsistência migravam de acordo com o nível de incentivos industriais que eram ofertados. Sem muitas condições de acesso a moradia,

⁵ Na Obra Dialética da Dependência, o Sociólogo Ruy Mauro Marini irá trazer aspectos referentes a particularidade do capitalismo latino-americano, em especial no Brasil, chamando-o de *sui generis* - Expressão em latim que significa de “seu próprio gênero” ou “único em sua espécie”. Ela indica que algo é particular, peculiar, único.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

os/as trabalhadores/as começaram a construir suas casas em áreas próximas às indústrias, ocupando terrenos em áreas faveladas, ou residindo em habitações coletivas como os cortiços, estalagens e casas de cômodo, pois os custos para residir em uma casa em áreas centrais transcendiam o preço da sua força de trabalho.

No Brasil, a análise da segregação sócio-espacial tem sido uma ferramenta fundamental para compreender os distintos padrões de vida da população e seus impactos na configuração urbana. Este estudo não apenas desvenda as disparidades socioeconômicas e espaciais, mas também lança luz sobre as complexas interações entre fatores como renda, etnia, gênero e acesso a serviços e oportunidades.

Assim, as desigualdades no espaço urbano retratam a lógica segregadora do sistema capitalista, uma vez que esta separação no sócio-espacial compreende também o afastamento de classe, logo a terra urbana e o acesso à moradia não estão disponíveis para todos/as os/as cidadãos/ãs, principalmente em locais privilegiados, com infraestrutura adequada, equipamentos sociais e facilidade de acesso. Dessa forma, os espaços urbanizados se constituem em uma mercadoria cara para a maioria da população que tem o acesso à renda fragilizado, pois o processo de reprodução da vida social ocorre de forma desigual e combinado, transformando as cidades em lugares de especulação financeira e imobiliária.

Outrossim, faz-se fundamental pautar os aspectos que imbricam o papel da mulher numa sociedade que reproduz desigualdades de classe, gênero e etnia sob a cultura do patriarcado, do machismo e sexismo presentes no cotidiano de famílias ao longo do processo da formação sócio-histórica brasileira. Outrossim, visualizamos a retificação de velhas práticas conservacionistas de relações gênero, cujo imaginário esconde a concretude em detrimento do patriarcado oriundo do sistema capitalista, apresentando-se como face da tríade Família, Estado e Propriedade Privada, assim retratada na obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, escrita em 1884 por Friedrich Engels (1820 – 1895)⁶.

Nessa direção, Karl Marx (1998) vê a família como a primeira propriedade dos sujeitos na qual a sociedade burguesa explora a força de trabalho de todos/as os/as seus/as membros/as, de mulheres às crianças, sujeitando-os/as ao processo de alienação do capital. Sublinha-se que, é no interior da sociabilidade do capital que se constrói a cultura das diferenças de gênero, a qual tratou

⁶ A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, escrita em 1884 por Friedrich Engels (1820 – 1895). É um tratado materialista histórico de Friedrich Engels lançado em 1884. Baseia-se especialmente em notas escritas por Karl Marx no livro *Ancient Society* (1877) do antropólogo estadunidense Lewis H. Morgan. O livro é um trabalho antropológico primitivo e é considerado como um dos primeiros grandes trabalhos sobre economia familiar.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de estereotipar a condição da mulher de frágil e submissa, enquanto o homem estaria sempre no topo da hierarquia. Nesta sociedade de classes, as questões étnico-raciais e de gênero são atravessadas pelos valores burgueses do homem/mulher branco e heteronormativo, além das relações subordinadas à população trabalhadora pobre, negra, parda e feminina das periferias, alvo-direto da violência estrutural e social.

O conceito de gênero tem sido amplamente discutido nas Ciências Sociais como uma categoria fundamental para a análise histórica e compreensão das relações sociais. Através dessa abordagem, é possível compreender as relações de poder e desigualdade entre homens e mulheres, bem como o papel das lutas feministas na busca pela igualdade de oportunidades e direitos. Segundo Scott (1995), o conceito de gênero refere-se às diferenças sociais entre homens e mulheres que são construídas culturalmente, não sendo determinadas biologicamente. Essa construção social do gênero é fundamental para compreender como as relações de poder e as desigualdades são moldadas e perpetuadas na sociedade.

Logo apreender a questão das opressões, em particular das mulheres trabalhadoras a partir das análises dos clássicos do marxismo (Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, entre vários autores/as marxistas) cuja elaboração teórica nos move ao debate da do *devoir* revolucionário. Destarte, referendamos a seguir o debate sobre capitalismo e opressão das mulheres, transsubstancializando as categorias Classe, Raça e Gênero e a luta pela emancipação da mulher a partir do pensamento marxiano, conforme discorreremos a seguir.

2- MUHER E QUESTÃO URBANA E O ENTRELAÇAMENTO DA QUESTÃO DE GÊNERO

A luta das mulheres no contexto da urbanização e do direito à cidade é indissociável da luta mais ampla da classe trabalhadora por emancipação política e humana⁴. Sob a perspectiva marxiana, é fundamental compreender como as mulheres, particularmente, as da classe trabalhadora, têm sido historicamente marginalizadas e oprimidas, não apenas no espaço doméstico, mas também nos espaços públicos e políticos da cidade. Marx e Engels destacaram que a opressão das mulheres está profundamente enraizada nas estruturas econômicas e sociais do capitalismo. Engels, em sua obra "*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*", argumenta que a família patriarcal e a subordinação das mulheres são produtos diretos do desenvolvimento das relações de propriedade privada. Nesse sentido, a luta pela emancipação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

humana⁷ das mulheres está intrinsecamente ligada à luta contra a propriedade privada e o Estado capitalista. Ao recorrer ao pensamento de Engels (2000) apreendemos que,

o primeiro antagonismo de classes na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia, e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino (Engels, 2000, p. 68).

A opressão das mulheres é uma questão que se torna política com o surgimento da sociedade burguesa, especialmente no contexto da "dupla revolução" do século XVIII, que inclui a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Inácio (2013, p. 33) argumenta que o ideário iluminista da Revolução Francesa, que promovia valores de igualdade, liberdade e fraternidade, não contemplou as mulheres, resultando em sua exclusão das conquistas sociais da época. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, considerada um marco na luta pelos direitos humanos, não reconheceu a metade da população, levando figuras como Olympe de Gouges a redigir a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em 1791⁵, denunciando a desigualdade presente no discurso iluminista (Inácio, 2013, p. 33).

Marx e Engels, em suas análises sobre a sociedade capitalista, abordaram a opressão das mulheres, reconhecendo que a relação entre os gêneros e a estrutura familiar é marcada por uma dinâmica de subalternidade. Segundo Inácio (2013, p. 43), a luta de classes, que Marx considera o motor da história, também se reflete nas relações de gênero, onde o operariado é visto como o sujeito revolucionário capaz de transformar a sociedade. A opressão das mulheres, portanto, é entendida como parte integrante da luta contra o capitalismo, que perpetua desigualdades em diversas esferas.

A análise marxista da opressão feminina é aprofundada em "O Capital", onde Marx discute a dupla opressão das mulheres, tanto no espaço produtivo quanto no doméstico. Inácio (2013, p. 44-45) destaca que, embora o trabalho das mulheres na indústria seja uma fonte de exploração, sua inserção na produção social também é vista como um potencial para a emancipação. Essa contradição revela a complexidade da condição feminina sob o capitalismo, onde a exploração econômica se entrelaça com as relações de gênero (Federici, 2017).

⁷ Emancipação política e humana No ponto de vista de Marx, Bauer falha em distinguir emancipação política e humana: como assinalado acima, a emancipação política em um Estado moderno *não* requer que os judeus (ou os cristãos, por esse motivo) renunciem à religião; apenas a emancipação humana completa envolveria o desaparecimento da religião, mas isso ainda não seria possível, não "na ordem mundial ora existente". (Boitempo Editorial, 2010. Tradução: Nelio Schneider e Wanda Caldeira Brant).

Importa reforçar que a concepção marxista da opressão da mulher foi desenvolvida pelos/as revolucionários/as na primeira metade do século XX, cabendo assinalar o pensamento de marxistas clássicos cuja leitura partiram da análise não só da experiência internacional do movimento operário e socialista, como dos avanços e limites do movimento feminista, desde o século XIX até o século XX. Assim, asseveramos que a III Internacional foi importante na promoção da discussão da questão da mulher, na qual sua constituição foi resultado da vitória do proletariado na Rússia em 1917, cuja revolução russa foi um dos marcos mais importantes do século XX, praticamente todas as questões inerentes as pautas dos/das trabalhadores/as. Esse processo revolucionário que irrompeu em 1917 constituiu-se em grande avanço no que se refere à libertação da mulher, assim como demonstrou a profunda complexidade e os obstáculos enfrentados pela nova ordem econômica e social, depois da revolução proletária, para superar as tradições e os costumes conservadores nas relações entre homem e mulher a fim poder superar as antigas relações sociais e reconstruir novas relações entre ambos sujeitos.

A crítica de Alambert (1986) à abordagem de Marx e Engels sobre a questão feminina é relevante, pois, embora reconheça que a análise se limita ao plano econômico, não se pode afirmar que os/as autores/as negligenciaram a temática. O foco de Marx e Engels era desenvolver uma teoria socialista que considerasse as relações de produção e as condições para a transformação revolucionária da sociedade. Assim, a exploração das mulheres e de seus filhos pela grande indústria é captada como um aspecto central da problemática social (Inácio, 2013, p. 39).

A emancipação das mulheres, segundo Marx, deve ser entendida como parte da emancipação humana mais ampla. Alambert (1986) enfatiza que os Manuscritos Econômico-Filosóficos são fundamentais para essa compreensão, pois Marx argumenta que a emancipação da mulher está intrinsecamente ligada à superação do capitalismo. A análise do trabalho alienado revela a insuficiência de uma igualdade meramente jurídica e política, que não aborda as raízes da opressão (Inácio, 2013).

Concomitantemente, Clara Zetkin (1976), em seus escritos sobre a questão feminina, aponta que a emancipação das mulheres só pode ser alcançada através da destruição do sistema capitalista, que é sustentado pela exploração tanto do proletariado quanto das mulheres. Zetkin enfatiza a necessidade de que as mulheres participem ativamente das lutas revolucionárias, não apenas como apoiadoras, mas como protagonistas. A autora afirma que “a luta pela libertação da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mulher é inseparável da luta pela libertação de toda a humanidade do jugo do capital” (Zetkin, 1976, p. 43). Nesse sentido,

coube às mulheres revolucionárias marxistas⁸, a partir de uma política socialista, atuarem no seio do movimento de mulheres trabalhadoras e da juventude, no sentido de unir e organizar concretamente o conjunto da classe trabalhadora no combate às opressões e à exploração do capital (Siqueira, 2019, p. 51).

Desse modo, Alexandra Kollontai (2007) também contribui para essa discussão ao sublinhar que a verdadeira emancipação feminina só será possível em uma sociedade socialista, onde as estruturas opressivas de gênero e classe sejam abolidas, pois “a nova moral sexual proletária é inseparável da luta de classes, pois reflete as necessidades da classe trabalhadora de destruir as velhas formas de vida que sustentam a opressão” (Kollontai, 2007, p. 92).

Sublinhamos que Karl Marx também discutiu a relação entre o homem e a mulher como uma expressão da degradação humana sob o capitalismo, uma vez que opressão das mulheres é vista como uma questão que não pode ser dissociada da luta contra a alienação e a exploração do trabalho. Ressaltamos que, embora Marx não desprezasse as conquistas de direitos civis e políticos para as mulheres, ele via essa emancipação como parcial, limitada ao campo da emancipação política. A análise contemporânea da opressão das mulheres revela que, em um contexto de crise do capital, as desigualdades e contradições de classe se acentuam, resultando em formas de opressão que se manifestam na precarização do trabalho feminino, na dupla jornada de trabalho e na feminização da pobreza. Outrossim, argumenta Inácio (2013) que a necessidade de aprofundar os vínculos entre exploração de classe e a opressão patriarcal é crucial para uma compreensão mais ampla da emancipação feminina, conforme apreende Marx na obra “A Questão Judaica⁹”.

A abordagem marxista deve ser ampliada para incluir essas questões, reconhecendo que a luta pela emancipação das mulheres não pode ser reduzida a uma única narrativa. A consubstancialidade se torna uma ferramenta importante para analisar as diferentes formas de opressão que as mulheres enfrentam em suas vidas cotidianas. Logo, a crítica ao patriarcado e ao

⁸ Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LeMarx/FACED/UFBA) Título: O Marxismo e o combate à opressão contra as mulheres Autores: Sandra M. M. Siqueira LeMarx/FACED/UFBA Salvador, dezembro de 2019. Capa: Dielson Costa.

⁹ "Sobre a Questão Judaica" é um ensaio de Karl Marx escrito no outono de 1843. É uma das primeiras tentativas de Marx de lidar com categorias que seriam chamadas mais tarde de Materialismo histórico, a concepção materialista da história. (Boitempo Editorial, 2010. Tradução: Nelio Schneider e Wanda Caldeira Brant).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

racismo torna-se também essencial para entender as múltiplas dimensões da opressão das mulheres na contemporaneidade (Saffioti 1987).

O debate referenciado por István Mészáros na obra *“Para além do capital: rumo a uma teoria da transição”*, reforça a ideia de que a luta pela igualdade de gênero é parte integrante da luta contra o capital, pois "o capital subordina todas as esferas da vida humana, inclusive as relações de gênero, e apenas superando essa lógica é que se pode alcançar uma verdadeira emancipação" (Mészáros, 2011, p. 247). Esse pensamento é ecoado por Clara Zetkin¹⁰¹¹, que, em *La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo*, enfatiza que "a libertação das mulheres é inseparável da luta contra o reformismo e pelo socialismo, pois somente o socialismo pode garantir a verdadeira igualdade" (Zetkin, 1976, p. 66). Destarte, Clara Zetkin, sempre nos alertou que nossa escravidão como mulheres tem todas as suas raízes no regime burguês e que para terminar com essa escravidão é preciso construir uma nova ordem social. (...) chama a atenção para a necessidade de desenvolver o trabalho político entre as mulheres, ressaltando o caráter de classe dessa luta. (...). Clara Zetkin lutou contra o canto de sereia do reformismo burguês, que procurava separar a luta das mulheres operárias contra a opressão das lutas gerais do proletariado contra o capitalismo. Ela insistia em que "A propaganda entre as mulheres precisa tocar todas as questões que são de grande importância para o movimento geral do proletariado", e que a principal tarefa era despertar a consciência de classe das mulheres para conquistar esse enorme exército para a luta pelo socialismo (s/d e s/p).

A análise marxista da opressão das mulheres, portanto, não se limita a uma crítica econômica, mas envolve uma compreensão mais ampla das relações sociais e das estruturas de poder que perpetuam a desigualdade. A luta pela emancipação das mulheres deve ser vista como parte de uma luta mais ampla pela justiça social e pela transformação da sociedade. A superação do capitalismo e das classes sociais antagônicas é uma condição central para a emancipação humana, conforme argumenta Marx (Inácio, 2013, p. 40).

Em suma, a reflexão marxista sobre a opressão das mulheres oferece uma base teórica importante para a análise das desigualdades de gênero na sociedade contemporânea. A consubstancialidade entre classe, gênero e raça deve ser considerada para uma compreensão

¹⁰ É preciso realçar na história da questão da mulher, entre revolucionárias e revolucionários marxistas, o papel de Clara Zetkin. Foi uma das mais importantes dirigentes marxistas na II e na III Internacionais. Foi dirigente não só do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) como também foi eleita membro do Comitê Central do Partido Comunista Alemão, fundado em 1918.

¹¹No II Encontro Internacional de Mulheres Socialistas realizado em Copenhague, em 1910, Zetkin propôs a criação de um Dia Internacional das Mulheres, em homenagem às mulheres trabalhadoras.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais completa das dinâmicas de opressão. A luta pela emancipação das mulheres é, portanto, uma luta por justiça social, que exige uma transformação radical das estruturas sociais e econômicas que sustentam a desigualdade.

A contribuição de Marx e Engels para a reflexão sobre a opressão das mulheres é inegável, mas é necessário reconhecer que essa análise deve ser ampliada e contextualizada nas lutas contemporâneas. A emancipação das mulheres não pode ser vista como um objetivo isolado, mas como parte de um projeto ético-político mais amplo que busca a libertação de todos os seres humanos da opressão e da exploração. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária requer a articulação das lutas feministas com as lutas sociais, políticas e econômicas, em um esforço conjunto pela emancipação humana e derrocada do sistema patriarcal e capitalista.

3-CONSIDERAÇÕES

Sinalizamos os fundamentos teóricos e históricos da luta das mulheres da classe trabalhadora à luz da abordagem marxiana com bases em referências centrais que alicerçam a partir do pensamento de Karl Marx os aspectos emergentes que dizem respeito as reflexões entre mulheres no contexto da urbanização e do direito à cidade considerando-as como categorias indissociáveis da luta mais ampla da classe laboral por emancipação política e humana. Compreende-se a partir da perspectiva marxiana que as mulheres, particularmente, as da classe trabalhadora, têm sido historicamente marginalizadas e oprimidas, nos diversos espaços, considerando os domésticos, públicos e políticos da cidade.

Apreendem a partir de Marx e Engels que a opressão das mulheres está enraizada nas estruturas econômicas e sociais do capitalismo. Nesse sentido, a família patriarcal e a subordinação das mulheres são produtos do desenvolvimento das relações de propriedade privada. Logo, a luta pela emancipação humana das mulheres intrinsecamente conectada à luta contra a propriedade privada e o Estado capitalista.

Assinala que a opressão das mulheres tornou-se política com o surgimento da sociedade burguesa, especialmente no contexto das Revoluções Francesa e Industrial. Nesse quadro histórico a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão constituiu-se um marco na luta pelos direitos humanos. As lutas de classes constituem o motor da história, reflexo das relações de gênero, onde o operariado é visto como o sujeito revolucionário capaz de transformar a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociedade. Logo, a opressão das mulheres, é compreendida como parte integrante do conjunto das lutas contra o capitalismo, aspecto que perpetua desigualdades em diversas esferas.

Por fim, sublinha que o foco de Marx e Engels era desenvolver uma teoria socialista que considerasse as relações de produção e as condições para a transformação revolucionária da sociedade. Esse devir revolucionário, somente de daria mediante a emancipação das mulheres, entendida como parte da emancipação humana mais ampla.

4-REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (SP), v 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007. Tradução Fátima Murad. Disponível em: < <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>> Acesso em: 20 jul. 2017.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KONDER, Leandro. *O que é dialética / Leandro Konder*. — São Paulo : Brasiliense, 2008. — (Coleção. Primeiros Passos : 23). 6a reimpr. da 28. ed. de 1981. ISBN ..

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed., 6. reimpr. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX; ENGELS, LENIN, ZETKIN, TROSTKY. *A mulher e a luta pelo socialismo - clássicos do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2012. TROSTKI, Leon. *Trotsky e a luta das mulheres*. São Paulo: Edição Iskra, 2015.

MARX, Karl [1843]. *A Questão Judaica*. Tradução de Artur Morão. In: MARX, Karl [1844]. *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análises históricas*. Nova York, Columbia Press, 1989.

ZETKIN, Clara. *La Cuestión Femenina y la Lucha Contra el Reformismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 197